

Decisão acertada

O Brasil vai renegociar com os bancos internacionais nossa dívida externa a curto prazo. Para isto dispensa o aval do FMI. Estas declarações foram prestadas por Fernão Bracher e são da máxima importância.

As consequências desta decisão são de grande importância e, seguramente, a decisão foi tomada pelo Governo depois de profunda reflexão. Pode-se imaginar que o elemento decisivo para que nossas autoridades adotassem tal atitude foi a preocupação da Nova República de não abrir mão do crescimento econômico.

Desde o momento em que se iniciou a campanha da Aliança Democrática, se estruturou um centro de decisão, naquele momento, em torno do candidato Tancredo Neves, que, simultaneamente, repudiava as condições impostas pelo FMI e as sugestões de parte das oposições.

A declaração do candidato Tancredo Neves de que o Brasil era um bom pagador, mas que não abriria mão do crescimento econômico, não pagaria as dívidas às custas da fome do povo, sintetizava, maravilhosamente, a posição do grupo político dominante na Aliança Democrática.

Simultaneamente, eram afastadas as hipóteses da aceitação das condições impostas pelo FMI e as sugestões de moratória unilateral e imediata.

No período final do antigo regime, o Brasil passara a viver uma situação vexatória. O FMI não somente ditava nossa política econômica e financeira, praticamente sem interlocutor, como também assumia uma função fiscalizadora, que cada vez se aprofundava mais. Via-se, no dia-a-dia, especialistas do FMI revolver as gavetas dos minis-

térios e das empresas estatais. Não havia apenas uma alienação de nossa soberania, como também uma verdadeira humilhação de nossas autoridades. Com isto, houve uma ruptura, cordial, mas total.

Certos círculos das oposições advogavam uma política de ruptura. Avançando argumentos irresponsáveis, mostravam que grande parte de nossa dívida era irreal. Os recursos, realmente entrados no País, eram muito inferiores ao que devíamos. O bolo da dívida crescera através de alterações das regras internacionais. Nestas condições, defendiam uma posição de ruptura, a declaração da moratória e a rediscussão sobre montantes, juros, e prazos.

Tancredo, com o poder que lhe conferia a condição de catalizador das esperanças nacionais, optou por um termo médio. Ainda candidato, afirmou que pagaríamos até o último tostão, mas não às custas da fome do povo. Este legado de Tancredo está sendo respeitado.

Ao dispensar o aval do FMI, o Governo está assegurando o direito de orientar nossa política econômica, no sentido do crescimento. A margem de risco desta opção é grande. O Governo conta com trunfos inegáveis. A inflação está sob controle e a economia voltou a crescer. Talvez, até com um certo aquecimento indesejável. As exportações permitiram um saldo conveniente e as dívidas foram saldadas sem os escândalos do passado. É bem verdade que o principal da dívida continuou o mesmo, mas os juros foram pagos sem novos empréstimos.

Com os trunfos que o Governo possui, é bem provável que as negociações com os bancos internacionais chegarão a bom porto.